						EIA DE VALOR	DOS PROCESS		LHO DO TCE-G				
	INFORMAÇ	ÇÕES ESTRATÉGICAS		1	ÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE S	AÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO	
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos POs	operacionais ITRs / Manuais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Beneficios Esperados	
	Auxilio a Assembleia Legislativa do Estado de Golás (ALEGO	Tem por objetio tomar disponivisi para a Assembleia Legislatino de Estado de Gode NLEGO), informações e paraceres produzidos por TOE-GO, viando a subsidiar o processo de responsabilizaçõe política do governo, a paraceres política de carde de esterno, a publica e no estercicio do corredio esterno, a	Apreciação das Contas do Governador	Secretaría de Controle Externo	•	Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç. e Financeira Le de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.26/211984 Lei Federal nº 6.40/41976 Lei Federal nº 10.40/62/002 Lei Federal nº 11.30/32/016 Lei Orçamentária Anual Lei Orgamentária Anual	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas de Governo do Estado de Golás.	Alego	(i) Subsidar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativas considere.	
		elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo	•					Informações acerca do aperfeiçosimento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Alego	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos poblicos.	
			Atendimento a Solicitações	Ouvidoria	•	Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Noticias de Irregularidade PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouvidoria Ouvidoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a: procedimentos e processos de controle externo, certificios, procedimentos administrativos, jurisputáficada o TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.	
			Apuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	<ul> <li>(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso</li> </ul>	
		Tem por objetivo tomar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social,	Apuração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	<ul> <li>(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.</li> </ul>	
	Promoção da Transparência e do Controle Social	informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos beneficios do controle externo e, de forma	idos e orma				PO Gerir Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.	
	e de common cocciai	específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo			PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(i) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	<ul> <li>(i) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.</li> </ul>	
		,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,				Constituição do Estado de Goiás Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica)	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	<ul> <li>(i) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta ou fundacional, nos termos do at. 30 CE/89.</li> </ul>	
			Divulgação dos Resultados das	Secretaria de Controle		Resolução nº 22/2008 Resolução nº 05/2019		Manual do Sistema de Beneficios das	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Beneficios auferidos em decorrência	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus	
			Ações de Controle Externo.  Capacitação e Orientação para o	Externo		Nesdregati 1 00/2015		Ações de Controle Externo	de againance de Controle Externo	das ações de controle externo		resultados e beneficios.	
			Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	•					<ul> <li>(i) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.</li> </ul>	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(i) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.	
			Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo	•	Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE n° 5/2018 Lei Federal n° 4.3/20/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de debitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.	
								PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Diretoria de Fiscalização do Contas Diretoria de Fiscalização de Obras E	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelance e sanções. (ii) Avaliações se gestão e orientações sobre procedimentos e boas prásicas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e ensidades da Administração Pública	(i) Presenir e corrigir a prática de llegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a conflabilidade e fidedignidade dos comircios internos e registros genericiais, comercionais conflabilidade e fidedignidade dos comircios internos e registros genericiais, comercionais conflabilidades de fidedignidades de mais unos de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desinádos e responsabilizar infratores. (iv) Contriburar para melhoris da gestado de recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (iv) Crientar quanto a procedimentos adequados para a gestado de recursos públicos estaduais.
						Regimento Interno -TUE-GO, Pisno de Fiscalização: Codigo de Esta do Tituand de Coursa do Esta do Esta do Tituand de Coursa do Esta do Esta do Tituand de Coursa do Esta do Robardo do Asidorio do Setor Público ROBASP 100. —Resido de Esta Público ROBASP 100. —Resido de Coursa. ROBASP 300. —Resido de Coursa. ROBASP 300. —Resido do Coursa. ROBASP 300. — Resido do Coursa. ROBASP 300. —Resido do Coursa. ROBASP 300. — Resido do Coursa. Robaspo 300. — Resido do Coursa. Robaspo 300. — Resido Rob	PO Fiscalizar via Auditoria Financeira		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Seniço de Qualidade de Controle Externo	Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Orgãos e entidades da Administração Pública	(i) Presenir e corrigir a prática de llegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos.  (ii) Assegurar a contiabilidade e la federgridade dos controles internos e registros generciales, operacionades continente de la federgridade dos controles internos e registros generciales, operacionades continente de la federación de mais unos de bens excursos públicos.  (iv) Recuperar recursos públicos devisados e responsabilizar infratores.  (iv) Centribur para membrios da gestado de excursos e a quisidade dos bens e serviços públicos.  (iv) Offentar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Auditoria Operacional		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Autrinistrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização do Cortas Experios de Fiscalização do Cortas Serviço de Engenhaia Serviço de Engenhaia Serviço de Guerna de Controle Externo	Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções, medidas cautelares e sanções contações bothe procedimentos e boas prácicas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Ôrgãos e ensidades da Administração Pública	(i) Presenir e corrigir a prática de llegalidade e o mau uso de bers e recursos públicos. (ii) Assegurar a confusilidade e fidedignidade dos comordos internos e registros genericiais, operacionas e confusilidades de fidedignidade dos comordos internos e registros genericiais, operacionas e confusilidades de fidedignidade dos comordos estados e registros de comordos estados e responsabilidades infrances. (iv) Centroliur para melhorida de gestado de responsabilidades infrances. (iv) Centroliur para melhorida de gestado de recursos e aquisidade dos beres e serviços públicos. (iv) Crientar quento a procedimientos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
(=							PO Fiscalizar via Inspeção		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Diretoria de Fiscalização do Contas Diretoria de Fiscalização do Contas Diretoria de Fiscalização do Obras e Senção de Engenhaia Senção de Engenhaia Senção de Qualidade de Controle Externo	Determinações, recomendações, medidas cautelarce e sanções.     (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Ôrgãos e ensidades da Administração Pública	(i) Presenir e corrigir a prática de llegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos.  (ii) Assegurar a contiabilidade e fidedigridade dos comordes internos e registros generolas, comercionais conditados de fidedigridade dos comordes internos e registros generolas, comercionais conditados de fidedigridades de responsabilidades enternos públicos.  (iv) Recuperar recursos públicos devisados e responsabilidades infratores.  (iv) Centriburar para membrios da gestado de recursos e a qualidade dos bene e serviços públicos.  (iv) Crientar quento a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
STICOS (NPF)			Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo	•		PO Fiscalizar via Levantamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Ocras e Sonção de Contas Senção de Correole Externo Senção de Correole Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (iii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Orgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de llegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Asseguar a contrabilidade e fidedignidade dos comordos intenos e registros genericiais, coercionais e contrabilidade e fidedignidade dos comordos intenos e registros genericiais, (iii) Cabler pares a prática de ilegalidade e na usu uso de hore a recursos gúblicos. (iii) Cabler pares a medica de setudos e responsabilizar inflatores. (iv) Contrabir para a medicia da gestado e responsabilizar inflatores. (iv) Cientalar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
FINALÍ							PO Fiscalizar via Monitoramento Programado		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Senço de Oudinado de Controle Externo	<ul> <li>Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções.</li> <li>(ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas prásicas de gestão de recursos públicos estaduais.</li> </ul>	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Orgãos e entidades da Administração Pública	(i) Purseirir e corrigir a palácia de liegatidade e o mas uso de bore a recursos públicos. (ii) Asequer a conditabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros genericiais, operaciónisa o controles. (iii) Cobrir porria palácia de legatidade o mas uso de bere e recursos públicos. (iii) Cobrir porria palácia de legatidade e o mas uso de bere e recursos públicos. (iii) Cobrir porria particio de la medio de particio de la composición de controles de la controles de particio dels persones e a qualidade dos bere e serviços públicos. (v) Crientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
PROCESSOS	Controle Direto	Tem por objetivo tornar disponiveis para a administração pública. Estado a gestimes de recursos polícicos estadiasta, determinações, recomendações, polícitos de desarrollos estados estados polícitos, de aposições, utando a prevenir, configir, colhier pourir a polícitos, de lagolidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujetios a espetian e o cumplimento dos despositivos da Lei de espetian e o cumplimento dos despositivos da Lei de dividas quanto à apolicação de dispositivos legais e					PO Fiscalizar via Acompanhamento		Sacretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Eiro Social Diretoria de Fiscalização de Eiro Social Diretoria de Fiscalização de Eiro Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Octoras Diretoria de Fiscalização de Octoras e Senéro de Engenharia Serviço de Oualidade de Controle Externo Serviço de Oualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas prásicas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Orgãos e entidades da Administração Pública	(ii) Prevenir e corrigir a prática de llegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iii) Assegurar a conflabilidade e lideógradade dos controles internos e registros genericiais, operacionais e conflabilidade e mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devisados e responsabilizar inferios. (iv) Contribuir para a methoria da gestião dos encursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (iv) Circintur para a methoria da gestião dos encursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (iv) Circintur quanto a procedimentos adequados para a gestião de recursos públicos estaduais.	

					CAD	EIA DE VALOR	DOS PROCESS	OS DE TRABAI	LHO DO TCE-G	0			
	INFORMAÇ	ÖES ESTRATÉGICAS		INFORMA	ÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS		INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de	Maturidade do	Políticas / documentos de	Documentos	operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Beneficios Esperados	
		regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponiveis para programas de governo, cigios e entidades da administração pública, determinações, reconendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excellencia da gestão pública e dos exerciços públicos persados ao cidisão, para a melhoria exerciços públicos persados ao cidisão, para a melhoria programas e serviços públicos. Dem como do apenferiçoamento das políticas públicas.		Tranaino	Processo de Transino	reterencia	PO Fiscalizar via Avallação de Políticas Públicas		Secretaria de Controle Externo Serviço de Avallação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções.     (6) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práscas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Orgãos e entidades da Administração Pública	(i) Presentir e contigir a policia de l'egalidade e o mais uso de bers e recursos públicos. (ii) Assegura a contrabilidade e l'indesignidade dos comtreles internos e registros generolans, compositionais e conditional de l'indesignidade dos comtreles internos e registros generolans, (iii) Cobier pour a policia de designidade e na mais une de bers e recursos públicos. (iii) Cobier pour a policia de celerade e recompositional primitarios. (iii) Cobierte por a medica de gestio de recompositional primitarios. (iv) Contrabira para a medica de gestio de censorse a quisidade dos bers e serviços públicos. (v) Criertera quanto a procedimentos adequados para a gestio de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Acompanhamento Continuo	ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. s (ii) Avaliações de gestão e orientações al sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e	e (iii) Coibir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos.	
								ITR Orientações para fiscalização continua de folha de pagamento	Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo		entidades da Administração Pública	(iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores.  (iv) Centribuir para a melhoria da gestaño dos recursos e aqualidade dos bens e serviços públicos.  (iv) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
						Constituição Federal: Constituição do Estado de Goiás: Loi Oradnire, fue, Estadou de 16 1882/007:	PO Gerir Processos de Controle Externo	ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Social Seniço de Engenhatia Seniço de Cualidade de Controle Externo	Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(ii) Padronização das etapas e atividades enrolledas na gestão dos processos de controle externo; (iii) Parlametros definidos para organização e distribuição de atividades intereservinis no âmbito da Secretaria de Controle Externo; Assemble de Controle Externo; Les desempenhos e austreriro da produtividade na esecução das atividades-lim de controle externo.	
			Apoio à Alividade Jurisdicional Secretaria de Cont Externo	Secretaria de Controle Esterno	•	Lei Estadual 15.122/2005. LNDB; Resolução nº 22/2008; Resolução nº 12/2017 - Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130 1 NBASP 140 1 NBASP 140 1	PO Instruir Processo de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Orona e Soniço de Gregoriahita Seniço de Qualidade de Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Partinolização das estipas e atividades emolvidas, para a entissão de instrução técnica, em processos de comrele externo, em apois à sividade jurisdicional.  (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-lim de controle osterno.	
							PO Representar ao Tribunal		Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atrividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tibural de Contas do Estado de Golde, com base na constatação de irregularidades ou legalidades em atos de gestão.	
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo	•								
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo	•	Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2023; Lei nº: 16.168/2007; Recimento Interno do TCE-GO:	PO Catalogar itens decisórios  PO Gerir Serviço de Controle de	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade de Controle Externo  Secretaria-Geral	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Gărantir o cumprimento de deliberações.	
						Resolução Normativa nº 01/2021.	Deliberações		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Servico de Controle de Deliberações			<u> </u>	
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo	•	Resolução nº 08/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do ménto dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.	
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo	•								
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo	•								
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo						<ul> <li>Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.</li> </ul>	Consulentes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.	
			Avaliação de Programas	Secretaria de Controle Externo	•					(ii) Avaliações de programas de governo.     (iii) Avaliações de funções de governo.     (iii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública; Programas de Governo	(i) Contribuir para a melhoria da formatação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos.  (ii) Contribuir para a aperileiçamento da formulação de políticas públicas.  (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
		Tem por obješívo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à	Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Terceiros.	Secretaria de Controle Externo	•					Informação sobre indicios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE; Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil; Magistrados.	(i) Subsidar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da fasta de inelegiveis. (iii) Subsidiar a natação dos respectivos drajãos. (iv) Subsidiar a natação dos respectivos drajãos. (iv) Subsidiar a apunção de irregularidades.	
	Controle com interveniência a Terceiros	Policia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e	Organização de Cobrança Executiva	Secretaria-Geral						<ul> <li>(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.</li> </ul>	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.	
		julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.	Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica	•	Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juizo		Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juizo.	PGE	Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente, (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instituição.	

						EIA DE VALOR	N DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO						
		ÇÕES ESTRATÉGICAS		INFORMA Dono do Processo de	ÇÕES TÁTICAS Maturidade do	Políticas / documentos de	Documentos o	INFORMAÇÕES OPERACIONAIS				AÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO	
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Trabalha	Processo do Trabalho	roforância	Documentos c	peracionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Beneficios Esperados	
			Politicas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa	•	Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 001/2014)				Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alirihamento com as estratégias do Tribunal.	
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa	•	Manual de Funções	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores PO Gerir Estagiário e Menor Aprendiz	Manual de Funções de Terceirizados	Diretoria de Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão de Pessoas	Sistemática de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.	
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escoex)	PO Gerir Ações de Capacitação  PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca		Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento  Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	(i) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Senidores, Jurisdicionados e Controladores Sociais.	
				Exemo Aeison Mascamento		(Regimento interno da Escoex)	PO Gerir Multiplicadores e Instrutores Internos		Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	(i) Instrutores Internos formados.     (ii) Demandas de Capacitação ministradas por Instrutores Internos	Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(ii) Carantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.  (ii) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com	
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	•	Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escoex)  Resolução Normativa nº 04/2016;	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional		Escola Superior de Controle Externo Aélson Nascimento	(i) Planos e Programas gerenciados	Membros, Servidores, Terceirizados, Estagiários, Jurisdicionados e Sociedade	foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.  (ii) Prestação de contas da Educação Profissional em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas.	
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa		Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 07/2016; Resolução Normativa nº 08/2019	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE- GO	Diretoria de Gestão de Pessoas	<ul> <li>(i) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.</li> </ul>	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Atingir niveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal. (ii) Desenvolver competências gerenciais e profissionais.	
		Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de				Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 19/2022;	PO Executar Folha de Pagamento		Diretoria de Gestão de Pessoas				
	Gestão de Pessoas	profissionis competentes, montados e componentidos competentes control externo e componentidos com a delevidades control externo e na melhoria de material de competente de competencia de stabilho que conduza à excelencia no desempento, à plema participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida	Rośnas de Pessoal	Secretaria Administrativa	•	Postania nº 990/2023: PPA ~Plano Planisaual 2024-027 Lei de Responsabilidade Fiscal LDO – Lei de Destitzeo Organemátinas LOA – Lei Organemátina Anual Constitução de Estado de Goide Deceto organemátino de 10.279/2023 Lei 2.201964 Emenda Constitucional nº 10.279/2023 Lei 2.201964 Emenda Constitucional nº 10.279/2023 Lei Estadou nº 15.272/2006 Orbentain nº 161/2020 Decetain nº 15.272/2006 Orbentain nº 161/2020 Portania nº 286/2016 CPRES Portania nº 286/2012	PO Gerir Atos de Pessoal		Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistema gerenciais de controle dos terriços de pessoal	s Membros, Servidores, Tercelrizados e Estagiários	(i) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoa. (ii) Asseguar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.	
						PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	PO Realizar Atendimento Clínico		Diretoria de Gestão de Pessoas e Serviço de Bern-Estar			(ii) Promover o hem-estar a satisfação e a motivação das nessoas colaborando inclusive para a	
							PO Gerir Condições Inseguras e Acidentes de Trabalho	Manual de Práticas Seguras do TCE-GO	Diretoria de Administração	(i) Ambiente de trabalho seguro e saudável.     (ii) Práticas relativas à qualidade de vida des nessores.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários		
			Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida	Secretaria Administrativa		PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais		Manual da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	Diretoria de Administração			melhoria da qualidade de vida das pessoas fora do ambiente organizacional.	
							PO Responder Situações de Emergência	Manual de Abandono de Área do TCE-GO	Diretoria de Administração				
						Resolução Administrativa nº 5/2024 (Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás)	PO Realizar Pesquisa de Clima Organizacional		Diretoria de Gestão de Pessoas	Pesquisa de Clima Organizacional realizada     Plano de Ação Monitorado	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Diagnosticar e monitorar a percepção global dos senidores no tocante ao ambiente de trabalho, influenciando o comportamento profissional e, consequentemente, o desempenho da instituição.	
(SAI			Gestão de Licitações e Contratos				PO Gerir Aquisições		Diretoria de Administração				
RTE (I				Secretaria Administrativa	•	Le Estadual n.* 17.328/12; Le Naicorei n.* 14.130/20; Le Naicorei n.* 14.130/20; Decrete Estadual n.* 9.900/21; Portisia n.* 2220/20/21 - OPPES, Portis n.* 1220/20/21 - OPPES, Portis n.* 1220/20/21 - OPPES, Portis n.* 16.0440/20; Lei n.* 16.0440/20; Decrete Estadual n.* 10.130/22; Decrete Estadual n.* 10.130/22; Decrete Estadual n.* 10.130/22; Codigo de files do TCS-GO, Codigo de files do TCS-GO, NBR SO 37001-2017	PO Gerir Compra de Pequeno Valor		Diretoria de Administração				
SUPORTE (NPS)							PO Gerir Licitações na Modalidade Pregão		Diretoria de Administração	Patifices procedimentals para a formalização e a companhamento de termos contratuais (contratus, convénics, ajustes, acordos, adêvos e afins).	; Tribunal	(i) Coordenar, orientar e controlar a execução das ahidades relacionadas com a formalização de termos contratuais, bem como assegurar que os contratos sejam geridos eficazmente.	
PROCESSOS DE							PO Gerir Contratações	Manual para Entrega de Materiais  Manual para Emissão de Notas Fiscais	Diretoria de Administração  Diretoria de Administração				
၁၀							PO Gerir Processos de Pagamentos		Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Financas				
S								Manual de Aplicação de Sanções em Licitações e Contratos	Serviço de Licitações				
PRO			Gestão de Infraestrutura	Secretaria Administrativa	•	Manual de Conservação Predial (Resolução Administrativa 21/2022) Resolução Administrativa nº 02/2014	PO Gerir Manutenção Predial  PO Gerir Patrimônio		Diretoria de Administração e Serviço de Infraestrutura Predial Diretoria de Administração e Serviço de	(i) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(i) Garantir a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	
			Gestão Orçamentária e Fiscal	Secretaria Administrativa	•	Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa TCE nº 04/2017;	PO Gerir Patrimonio  PO Gerir Relatório de Gestão Fiscal		Material e Patrimônio  Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças	Sistemática de gestão orçamentária e	Tribunal	(i) Garantir a gestão osçamentária e fiscal necessária às atividades organizacionais.	
	Logistica e Sustentabilidade	Tem por objetivo operacionalizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão e o atendimento às necessidades de bens e serviços para o bom funcionamento do TCE-				Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Aspectos e Impactos, Riscos e Controles Ambientais		Finanças Secretaria Administrativa	fiscal.  (i) Atendimento de requisitos legais.		(i) Garantir o atendimento a requisitos legais e a adoção de boas práticas relacionadas à aspectos de	
		GO. Sustentabilidade Secretaria Administrativa		Plano de Gestão de Residuos	PO Gerir Identificação e Avaliação dos Requisitos Legais Aplicáveis e Outros		Secretaria Administrativa	<ul> <li>(ii) Adoção de boas práticas ligadas à sustentabilidade.</li> </ul>	Tribunal; Sociedade	(i) Garantir o atrendimento a requisitos legais e a adoção de poas praticas relacionadas a aspectos de sustentabilidade.			
							PO Gerir Residuos		Diretoria de Administração				
						Resolução Administrativa nº. 02/2014 Lei Federal 9.503/1997 (Código de	PO Gerir Estoque PO Fornecer Transporte	Manual dos Condutores de Veiculos do	Diretoria de Administração  Diretoria de Administração e Serviço de				
			Gestão de Serviços e de Bens de Consumo	Secretaria Administrativa		Trânsito Brasileiro) Resolução Administrativa TCE-GO № 19/2022	PO Formecer Transporte  PO Gerir Manutenção Veicular	Manual dos Condutores de Veículos do TCE-GO	Logística Diretoria de Administração e Serviço de	<ul> <li>(i) Sistemática de compra, guarda e distribuição de bens e serviços.</li> </ul>	Tribunal	(i) Assegurar a qualidade do produto ou serviço adquirido, bem como sua guarda e distribuição.	
						19/2022	PO Controlar Vencimento de CNH e CRLV		Logistica  Diretoria de Administração e Serviço de Logistica				
							PO Gerir equipamento, Controle e Manutenção		Logistica  Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia				
							PO Gerir Equipamentos, Instrumentos e Utensilios - Controle, Calibração, Verificação Orientativa e Análise		Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia				
			Gestão de Laboratórios de	Secretaria de Controle		NR-12 Lei Orgânica do TCE/GO (LOTCE): Lei Estadual nº 16.188, de 1/11/2/2007; Regimento Interno do TCE/GO (RITCE); Resolução nº 002/2018	PO Gerir Laboratório de Topografia		Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(i) Laudos técnicos de engenharia.	Tribunal	(i) Subsidiar auditorias, análises técnicas e a tomada de decisão em processos de controle externo.	
			Engenharia	Externo	•			ITR Identificação, Acondicionamento e Descarte de Amostras	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia				
							PO Gerir o Laboratório de Análises de Solo e Misturas Asfálticas	ITR Realizar Ensaios Laboratoriais em Amostras de Solos e Misturas Asfálticas	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia				

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS INFORMAÇÕES TÁTICAS					INFORMAÇÕES OPERACIONAIS		INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO								
lúcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de	Maturidade do	Políticas / documentos de	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Beneficios Esperados			
								ITR Controle de Material de Consumo	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia						
								ITR Controle de Residuos	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia						
										PO Gerir Atendimento de Suporte de TI		Serviço de Suporte Técnico de Ti			
					da da	Resolução Normativa nº 13/2016	PO Gerir Desenvolvimento de Software Terceirizado	Ţ	Serviço de Sistemas de Informação	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnología da informação.	Tribunal	(i) Desanvolver, aprimosar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.			
							PO Gerir Backup		Serviço de Infraestrutura e Segurança de Ti						
							PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software		Serviço de Sistemas de Informação						
	Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao		Diretoria de Tecnologia da Informação			PO Gerir manutenção terceirizada de Software		Serviço de Sistemas de Informação						
		desenvolvimento das atividades de controle externo.			•		PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação		Diretoria de Tecnologia da Informação						
			Segurança da Informação			Resolução Normativa nº 11/2022	PO Gerir Vulnerabilidades		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI	(i) Dados e informações trafegados e armazenados com garantia de disponibilidade. integridade.		<ul> <li>(i) Instituir diretizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que trafegam na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações.</li> </ul>			
								Plano de Continuidade de TI / Manual de Restauração de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação	confidencialidade e autenticidade.					
						Resolução nº 10/2017	PO Gerir Ativos de Tecnologia da Informação	Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação	1					

	NEAD WASTE TOTALT OF A		шторил		EIA DE VALOR	DOS PROCESS	DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO INFORMAÇÕES OPERACIONAIS INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO					
MZ .	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS	D	INFORMA Dono do Processo de	ÕES TÁTICAS Maturidade do	Políticas / documentos de	Documentos		F-transfel :	David 1			
Núcleo	Macroprocesso Descritivo	Processo de Trabalho	Trahalho	Processo de Trabalho	referência	Documentos		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Beneficios Esperados	
		Gestão dos Processos de Trabalho	Secretaria de Planejamento	•		PO Gerir Processo de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO)  ITR Gerir Processos de Trabalho (Serv-Melhoria)  Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO	Diretoria de Melhoria Continua  Diretoria de Melhoria Continua	(i) Processos de Trabálho geridos. (ii) Cadeia de Valor. (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO. (ii) Aprimocamento e manuterição da Cadeia de Valor. (ii) Metodologa de padonzação das rotinas operacionais.	
						PO Gerir Auditorias do SGI	ITR Gerir Auditorias do SGI	Diretoria de Melhoria Continua	(i) SGI auditado.	Tribunal; Sociedade	(i) Sistema de gestão Integrado (SGI) do TCE-GO auditado. (ii) Identificação e definição de methorias do SGI. (iii) SGI centificado.	
					Manual do SGI	PO Gerir Indicadores Estratégicos		Diretoria de Estratégia	(i) Indicadores estratégicos geridos.	Tribunal	(i) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial.     (ii) Gestão da estratégia baseadas em resultados.	
		Gestão da Accountability Institucional	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Accountability do SGI		Secretaria de Planejamento	Boletins de Governança e Gestão (BGG).     Relatório de atividades da Di-Plan.     Relatórios de Inteligência	Tribunal; Sociedade	(i) Prestação de contas em nivel institucional com foco na comunicação com as partes interessadas. (ii) Consolidação e disseminação das atividades de coordenação do SG.	
		Gestão da Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Inteligência Organizacional		Secretaria de Planejamento	(i) Relationos de Inteligencia Organizacional (RIO). (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	<ul> <li>(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.</li> </ul>	
		Gestão da Melhoria Contínua	Secretaria de Planejamento	•		PO Gerir Melhoria Continua	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Diretoria de Melhoria Continua	(i) Melhorias implementadas.	Tribunal; Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais. (ii) Estimulo à melhoria continua do TCE-GO. (iii) Quantificação do atingimento dos objetivos estratégicos do TCE-GO.	
		Gestão das Partes Interessadas	Secretaria de Planejamento			PO Gerir Partes Interessadas		Diretoria de Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal; Parte Interessada	<ul> <li>(i) identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.</li> </ul>	
		Gestão de Riscos	Secretaria de Planejamento	•	Resolução Normativa nº 06/2020	PO Gerir Riscos		Diretoria de Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.	
						PO Gerir Plano Estratégico		Diretoria de Estratégia	(i) Objetivos estratégicos alcançados.	Tribunal; Sociedade		
		Gestão da Estratégia	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Gerir Plano de Fiscalização		Secretaria de Controle Externo	(i) Plano de Fiscalização gerenciado.	Tribunal; Sociedade; Jurisdicionados.	<ul> <li>(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.</li> </ul>	
						PO Gerir PDTI		Diretoria de Tecnologia da Informação	Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da	Tribunal		
		Gestão da Estrutura Organizacional	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 19/2022				(i) Organograma. (ii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistemática de alocação de competências e realização de operações.	
	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir priodidades, responsabilidades encorpramissos com os tempos de la comunicación de la comuni	o Organizacional	Diretoria de Comunicação	•	Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Produzir Conteúdo de Comunicação  PO Gerir Atendimento à Imprensa  PO Gerir Interações em Meios Digitais	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação  Manual de Gestão da Rádio TCE-GO	Diretoria de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal; Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e estema.	
	Governança, Planejamento e rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos,			role Interno	Resolução Administrativa nº 10/2019							
	ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	Controle Interno	Controle Interno  Diretoria de Controle Interno			PO Analisar Conformidade Processual  PO Emitir Parecer sobre Relatório de Gestão Fiscal		Diretoria de Controle Interno Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.	
						PO Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de Contas		Diretoria de Controle Interno				
		Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Analisar Processos Administrativos  PO Analisar Processos Judiciais		Diretoria Jurídica	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica;     (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial.	Poder Judiciário; Tribunal.	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: peéção iricial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.	
		Corregedori Gestão de Integridade Secretaria de Pl		Correspondente Correl			PO Gerir Denúncias e Manifestações					
			Corregedoria-Geral  Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	enviadas à Corregedoria	Manual de Integridade	Corregedoria-Geral  Comité de Integridade Corporativa (CIC)	sistemática de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ésico, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.	
					Lei nº 16.168/2007;	PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos		Serviço de Protocolo e Remessas Postais	(i) Processos autuados e documentos cadastrados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal.	
					Resolução nº 22/2008 - RITCE/GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 003/2011;	PO Gerir Arquivamento de Processo		Secretaria-Geral	(i) Processos arquivados	Tribunal	(i) Padronização das atividades que envolvem o amujuamento de processos eletrônicos no âmbito do	
					Resolução Normation er 003/2011; Resolução Normation er 103/2012; Resolução Normation er 103/2012; Resolução Normation er 005/2017; Resolução Administration er 18/2021; Resolução Administration er 18/2022; Resolução Administration er 18/2022; Resolução Administration er 18/2020; Le la Estadual er 13/200/2016; Portania 20/2016; Portania 20/2020; Le le 17/200/2016; Portania 37/20/202 - GPRES: Le er 16/20/20/202; Le er 16/20/20/202; Le er 17/20/20/202; Cesculção COMARIO er 11/20/20/20; Resolução COMARIO er 11/20/20/20; Resolução COMARIO er 11/20/20/20; Resolução COMARIO er 11/20/20/20;	PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico		Serviço de Arquivamento	(i) Processos arquivados	Tribunal	TCE GO.	
ÃO (NPG)		Gestão Documental e Arquivistica	Secretaria-Geral	•			Manual de Específicação e Padronização Documental	Secretaria-Genal	() sistemática de gestão da ética opparizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronzação e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial. (ii) Racionalização, segurança, auteriscidade e identidade institucional. (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.	
GESTÃO					Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023 NBASP 130	PO Gerir Matrizes de Seletividade		Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo. (ii) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).			
PROCESSOS DE G					Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP): Regimento Interno da Rede INFOCONTAS; Resolução Normatava N° 09/2016; Resolução Administrativa N° 10/2017/TCE; Resolução Administrativa N° 19/2024; Resolução Administrativa N° 19/2022; Portaria n° 1946/10/2022;	PO Produzir Relatório de Inteligência		Serviço de Informações Estratégicas	Relatórios de Inteligência.			
PROCES					Resolução Normativa № 009/2016; Resolução Normativa № 10/2017; Resolução Administrativa № 17/2024; Resolução Administrativa № 19/2022; Manual de Segurança da Informação; Resolução Administrativa № 07/2024.	PO Produzir Conhecimento Estratégico		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Conhecimento Estratégico produzido			

					CAD	FIA DE VALOR	DOS PROCESS	OS DE TRABA	HO DO TCE-G	0			
	INFORMAÇ	ÇÕES ESTRATÉGICAS		INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de	Maturidade do	Políticas / documentos de	Documentos o	pperacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Beneficios Esperados	
			Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Trahalho Secretaria de Controle Externo	Processo de Trabalho	Regimento Interno do TCE-GO; Plano de Controle Estemo; Resolução Administrativa nº 19/2002; Resolução Administrativa nº 19/2002; Resolução Normativa nº 10/2003; Resolução Normativa nº 6/2004 Normas de Audicia do Selot Público (MSASP).	PO Propor Fiscalização		Secretaria de Controle Externo	6) Proposta de Fiscalização	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do processo del facalização com base em técnicas de análise por critérios de calefeividade e de inteligência de controle externo.	
						Lei nº 16.168 Resolução nº 22/2008 Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.697/2020	PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Resolução (ii) Exposição de motivos			
						Resolução Administrativa № 17/2024; Resolução Administrativa № 19/2022; Resolução Administrativa № 15/2024; Resolução Administrativa № 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas			
								Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas	<ul> <li>(i) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.</li> </ul>			
						Resolução Normativa № 7/2025 Resolução Adm. № 11/2022/TCE-GO Portaria № 614/2022 GRES Resolução Adm. № 17/2024 Resolução Adm. № 19/2022 Resolução Adm. № 15/2024 Resolução Adm. № 07/2024	PO Gerir Declaração de Bens e Rendas - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendas (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas	(i) DBR recebida			
	Apoio Finalistico ao Exercicio do Controle	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos rabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio de discemento de montrola.			Secretaria de Controle Externo	•	Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº7/2024 Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Relatório de acompanhamento dos projetos.		(i) Garetrir o aperfeiçoameno do controle e asseguração da qualidade dos trabalho de fiscalização, com base em normas internacionais.
	Externo	externo alinhados com as melhores práticas existe tentes.	s com as melhores práticas existe tentes. Controle e Asseguração da				Resolução Administrativa nº 013/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Relatório de Garantia de Qualidade     (ii) Melhoria continua dos trabalhos de     Fiscalização	Tribunal	
						resolução realimistrati o 102020		Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Ciclo de Garantia da Qualidade			
			Suporte à Função Judicante			Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Normativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022 Lei Orgânica do TCE/GO (art. 9º) Regimento Interno do TCE/GO (art. 113 e 143	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria-Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(i) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à malização das sessões primárias e da consolidação da jurisprudência. (ii) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.	
				Secretario-Geral	•	Plano Estratégico TCE-GO: Resolução nº 22/ 2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 2/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás, Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Diretoria de Registro e Jurisprudência Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas (Consolidação).     (ii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).	Tribunal		
						RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA N° 159/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9°) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Hibridas		Secretaria-Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal		
						Plano Estratégico TCE/GO Portaria nº 676/2018-CPRES Resolução nº 22/2008. Resolução nº 22/2008. Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estada nº 16.168 de 2007. Lei Complementar Federal nº 50/1998. Lei Complementar Estadadu do 1995/. Constituição Estadadu do 1995/. Constituição Estadadu do 1996.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE- GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas Consolidado     (ii) Acervo Normativo do TCE-GO	Tribunal		
						Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008;	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Diretoria de Registro e Jurisprudência Serviço de Registro	(i) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal		
			Gestão de Atos Oficiais	iestão de Atos Oficialis Secretaria-Geral	•	Resolucija Normativa nº 02/2001:  Lei nº. 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos	- Nogrico	Sensiça de registro  Diretoria de Atos Oficiais e Controle  Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Ato publicado no DOE/DEC. (iii) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Oficino Despaña), (Oficino	Tribunal	(i) Garantir a gestilo dos atos oficiais decorrentes das athédades do Tribunal.	
					Resolução n.º 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO Lei 16.168/2007;	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas  PO Gerir Publicação no Diário Oficial do		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Publicações e Comunicações Diretoria de Atos Oficiais e Controle	(i) Publicação no DEC.	Tribunal			
						Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	Estado de Goiás		Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DOE.	Tribunal		

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho							
Identificação (cores)	Valores em %						
•	n = 0 (zero)						
	0 ≤ n ≤ 40						
	41 ≤ n ≤ 74						
	n > 75						